

ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2014/2016
REALIZADA EM TRÊS DE DEZEMBRO DE 2014.

No dia três do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a Terceira Reunião Ordinária – biênio 2014/2016 - do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no auditório da PRODESAN, sito à Praça dos Expedicionários, nº 10 – Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 2ª reunião – biênio 14/16; 2 – Apresentação de Proposta para Centro de Visitação do Projeto Albatroz - Tatiana Neves - coordenadora geral; 3 - Apresentação da Carta Ambiental de Caruara revisada, para deliberação – SEDURB; 4 - Apresentação da nova Gestão do IBAMA - Sr. Geraldo Motta; 5 - Comunicados da Secretaria; 6 – Assuntos Gerais. Não compareceram à reunião os seguintes representantes: SIEDI, SEAS, SECID, COHAB, UNISANTOS, ABES, ECOFAXINA. Justificaram a ausência: SEDUC; SECULT; SEDES; UNIMONTE. O presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Perguntou se estavam de acordo com a ata, enviada por e-mail para leitura prévia e todos confirmaram. Sr. Alexandre Rezende solicitou mudança na ordem de apresentação e iniciou a exposição sobre a Carta Ambiental de Caruara, explicando que houve um erro no salvamento do arquivo como pdf, agora reparado, para aprovação do COMDEMA nesta reunião. Um equívoco que deixou a hachura que representa a floresta ombrófila deslocada. As novas cartas, do Monte Cabrão, Quilombo e Iriri seguirão o mesmo modelo deste estudo, cuja ideia original foi da promotora Ana Paula, por volta do ano de 1999, quando as plantas ainda eram em nanquim. Sra. Luci/Fórum da Cidadania lembrou que o novo código florestal ficou aquém, o impacto ambiental será muito grande. Sr. Jaime/SOS Orquidário perguntou sobre a ocupação da Ultrafértil e a compensação que deverá ser feita e Sr. Alexandre respondeu que não conhece o assunto, podendo solicitar estas informações à SEMAM. Sr. Alexandre mostrou uma foto aérea de 1962, parâmetro para saber se havia floresta ou vegetação na área. Sra. Cleide/UNILUS perguntou se com esta aprovação a área será protegida e Sr. Alexandre disse que sim, esta é a intenção. Sra. Letícia/SEDURB esclareceu que o arquivo completo pode ser acessado no Portal dos Conselhos. Sra. Luciana/OAB sugeriu que a publicidade seja maior que o normal. Sr. Fábio Boturão/ASS perguntou, como esclarecimento, se o arquivo enviado por e-mail está atualizado e a secretária informou que sim. Sra. Luci destacou as palavras de Sra. Luciana sobre o acesso à informação e o princípio da transparência, e lembrou que nesta área há problemas de segurança, de estrutura e na rodovia e que outros Conselhos levam à Câmara, que também opina. Sr. Alexandre disse que o COMDEMA pode solicitar para análise e que a legislação é arcaica, de 1968. Sra. Luci disse que a aprovação é de grande responsabilidade e deve ter um prazo maior para análise. Sra. Luciana acrescentou que é preciso ter acesso aos processos para autuar de acordo com as leis. Sr. Alexandre disse que está seguro quanto ao trabalho de topografia, pois passou muito tempo na área, em trabalho de fiscalização. Sra. Luciana esclareceu que não é por falta de confiança, apenas para melhor entendimento. A outra versão também era segura e houve erro, por isso estão analisando novamente nesta reunião, o que podia ter sido verificado por alguma Câmara Técnica. Sra. Letícia/SEDURB acrescentou que os procedimentos que envolvem questões ambientais dentro do processo de regularização fundiária podem ser acompanhados se solicitado pelo COMDEMA através de suas Câmaras Técnicas. Sr. Alexandre lembrou que técnicos da Área Continental têm utilizado e elogiado, o que o Cel.

Trovão poderia confirmar, caso estivesse presente. Sr. Bandini explicou que o que está sendo exposto é indiferente a esta apresentação, que assuntos desta relevância tramitem anteriormente pelas Câmaras Técnicas. Sugeriu que deliberassem, pois nesta reunião o assunto é apenas uma mancha que estava deslocada. Confirmou a aplicação da Carta pela Defesa Civil, disponível em PDF, mas que não está no SIG Santos e recomendou que após a atualização, a SEMAM disponibilize no sistema. Também recomendou que o COMDEMA e a SEMAM encaminhem à Polícia Ambiental, que não conhecia a carta e é parceira nas ações de controle da Área Continental. Sr. Jaime aprovou com ressalva, já que não houve análise mais detalhada. Sra. Letícia disse que o arquivo está disponível há 3 anos no Portal dos Conselhos. O presidente agradeceu e apresentou Sra. Tatiana Neves para transcorrer sobre o projeto do Centro de Visitação do Projeto Albatroz. Ela também agradeceu e lembrou que o Projeto em si fora explicado pela Sra. Cynthia na última reunião e que nesta seria mais objetiva. O projeto nasceu há 25 anos em Santos, no Terminal Pesqueiro, e é atualmente patrocinado pela PETROBRAS e incluído na Rede BIOMAR, grande privilégio, mas também grande responsabilidade. Todos possuem Centro de Visitação que inspiram e mostram a importância de cada animal protegido. O mais próximo é o do Projeto TAMAR, em Ubatuba e o modelo mais bem sucedido está na Praia do Forte – BA. Incluem informações ambientais e ferramentas turísticas. A proposta é montar um centro com atividades variadas, inclusive tecnológicas, que atraiam crianças e adolescentes. Outro ponto importante é a ampliação para a área social e cultural, com projetos para jovens lideranças, como exemplo, a banda de música do Projeto TAMAR. Há uma apropriação da comunidade local, com geração de emprego e renda, as pessoas que coletavam ovos de tartaruga foram transformadas em fiscais. O foco é a sensibilização do público, além de ser fomento de pesquisa e criação de parcerias. Na região há outros projetos como o Amigo Pescador, em Praia Grande, o projeto de estudo dos tubarões, do Prof. Oto, a APA, a Laje de Santos. Onde está sendo pensado: na área contígua ao terminal próximo à balsa, já com pedido de cessão ao SPU, já foi levada à CODESP que não se opôs e a PETROBRAS já aprovou o projeto de construção. O problema é que descobriram que a área não pertence à União, e, ofereceram outra, do lado oposto da rua. Após consulta na Prefeitura, foi dada anuência, mas por conta do ano eleitoral, não puderam assinar. Dia 9 o SPU os receberá e dará a resposta final. Sra. Luci perguntou se é um terreno cheio de carros alegóricos e ela confirmou. Mostrou a planta e explicou que seria um museu vivo, com demonstração da cultura pesqueira à região, como a de espinhel, introduzida pelos japoneses. Sra. Luciana perguntou se houve estudo sobre a toxicidade deste local. E perguntou se haverá animais vivos. Sra. Tatiana respondeu que não e a escolha deste local é por ser estrategicamente turístico, visando a comunicação e a educação ambiental. Ter animais vivos é uma expectativa do público, talvez, se for pertinente. Sr. Arlindo/CODESP disse que não conhecia esta proposta, que esta área é de interesse da CODESP e vai tentar barrar, pois a Rua do Peixe está prevista para ser deslocada para lá, estão em conversa há mais de um ano com o SPU. Outra questão é por ser estratégica para áreas portuárias. A CODESP permitiu à Prefeitura que utilizasse para os carros alegóricos, enquanto não se define e recomendou que encontrasse outra área e que a primeira citada é particular. Sugeriu a da linha Jabaquara, onde hoje é a TRANSBASA. Sra. Tatiana respondeu que consultaram todos os interessados, SPU, Prefeitura, CODESP e que não houve objeção. Que este é um ponto nevrálgico e dolorido, o cancelamento desta cessão causaria um grande problema, pois o não

cumprimento dos prazos teria como consequência o cancelamento do projeto. Esta foi a primeira vez que trouxe a público, estão procurando em Cabo Frio e no Espírito Santo, o que não gostariam, nem sabem se a PETROBRAS aprovaria. Sra. Luci se pronunciou dizendo que esta é uma reunião histórica, o Conselho é soberano se for bem exercido. Sr. Frederico/SEPORT perguntou se Sra. Tatiana possui cópia do documento em que a Prefeitura declinou o uso desta área. Ela respondeu que pediu verbalmente, com resposta do Chefe do Gabinete. Ele explicou que a área tem vocação portuária e em prol de seu projeto, fez a consideração de que neste polígono há interferência de poluição de grãos, além de ser área rododiferroviária, e, para ter uma ideia do quão gigante ficou o problema, neste dia teria reunião com três ministérios. Enfatizou que, como defensor do projeto, ficaria mais adequado em outro lugar, pois após a construção, terá muitos problemas, conflitos portuários e de logística de acesso. Sra. Tatiana perguntou a opinião do Conselho, lembrando os investimentos em estudos para tal. Sra. Luciana/OAB respondeu que é necessário um estudo prévio feito pelo Conselho, e, como o Sr. Frederico, defendem a iniciativa; por quererem o seu sucesso, é necessário este estudo para saber como ajudar para que siga em frente. Sr. Marco completou dizendo que há vários setores devendo estudos e o projeto está ajudando na análise destes conflitos, pois nunca foi apresentada solução para esta área. Sra. Paula/ Mokiti Okada sugeriu uma reunião, pois é de interesse ambiental e para a cidade. Sra. Andrezza/UNIFESP informou que a Universidade também solicitou esta área e a de trás, que já foram cedidas para o projeto do Instituto do Mar. Sr. Frederico acrescentou que se a Prefeitura e empresários não entrarem em acordo, os contratos portuários serão renovados por mais 25 anos com a mesma forma de operação e conseqüente poluição. Sr. Ibrahim/ Fórum da Cidadania sugeriu que o projeto contemple alguma comunidade de pescadores, como a Ilha Diana e que a Educação Ambiental seja feita em contato direto com a natureza. Sra. Tatiana explicou que a ideia é esta, mas já há um investimento do patrocinador para área de visibilidade turística. Sr. Jaime sugeriu que a CODESP apresente outra área. Sr. Bandini sugeriu reunião com a SEDURB para análise de legislação urbanística, para dirimir eventuais conflitos. Ela respondeu que já se reuniu com o Gabinete do Prefeito. Sr. Frederico sugeriu que se reúnam com a Câmara de Desenvolvimento Intersetorial da SEPORT. O Presidente reiterou a posição favorável do Conselho e indicou que procurem a SEDURB e as demais Secretarias para saber quem são os responsáveis pelas áreas e sua viabilidade para o projeto e, posteriormente, retornem. Sra. Tatiana agradeceu e deixou seu contato: tneves@projetoalbatroz.org.br. Na sequência, Sr. Ademar apresentou o novo gestor do IBAMA, Sr. Geraldo Mota. Ele agradeceu e contou que trabalha desde 2002 na instituição, inclusive na Amazônia. No final de 2012, Sra. Ingrid ausentou-se para estudar, quando ele assumiu o cargo. Explicou que o IBAMA passou por diversas modificações, entre elas a descentralização de gestão da fauna, assumida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, com o órgão CBRN, assim como da gestão florestal, inclusive das madeiras. O IBAMA voltou-se para outras questões, como as indústrias, e, em Santos, o porto, linhas férreas, o licenciamento ambiental e sua regularização. Outro foco é a fiscalização do comércio exterior, como de cargas que danificam a camada de ozônio, pneus, minérios com metais pesados para fertilizantes. São duas frentes: fiscalizar as importações aparentemente legais e as ilegais. Outro viés, os terminais, que estão em vácuo normativo. São muito antigos e obtiveram da CETESB dispensa de licença, por não estarem previstos em lei. Causam grande impacto de partículas no ar e de grãos que atraem ratos e pombos, sobre o qual se reuniram

com o Ministério Público. Vislumbram solução para o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para reduzirem o desperdício de grãos, com poder de polícia. Quanto a questões pesqueiras, a Polícia Ambiental possui aparatos mais eficientes que o IBAMA, inclusive em mar aberto, em Unidades de Conservação Federais. O IBAMA de Santos abrange de Bertioga a Cananéia e Vale do Ribeira. Sr. Jaime perguntou se tem responsabilidade pelo recolhimento das lâmpadas fluorescentes e Sr. Geraldo respondeu que não estão sujeitas à autorização do IBAMA, e, os responsáveis são todos os segmentos da cadeia produtiva, inclusive os comerciantes, mesmo que de fabricantes estrangeiros. O IBAMA pode participar de grupos técnicos. Sra. Luci perguntou onde está a logística reversa dos supermercados. Ele traçou um paralelo com as embalagens de agrotóxicos. De acordo com as normas, a indústria assumiu essa responsabilidade, criaram postos de coleta nos revendedores, com triagem e destinação. Seria o caso de pensar em solução semelhante. Sr. Ibrahim indagou sobre a responsabilidade sobre os equipamentos que causaram incêndios nos terminais de açúcar. Sr. Geraldo respondeu que é multidimensional e multiinstitucional, incluindo Bombeiros, CODESP, Ministério do Trabalho. O Comandante das autoridades do Porto informou que há um grupo para criar regulamentos para os terminais açucareiros e um dos problemas é o tipo de açúcar e do maquinário. Foram multados pela CETESB e pelo IBAMA. Sra. Luci enfatizou que é preciso divulgar as informações. Sr. Arlindo/CODESP informou que será submetido ao COMDEMA. Sr. Dionísio acrescentou que quando um pequeno produtor rural quer construir um galinheiro, cortar um galho de árvore, a Polícia Ambiental aparece. A lei foi feita para pobres e ricos. Sr. Geraldo concordou e acrescentou que por isso eles têm de se submeter ao licenciamento. E que não há nenhum empreendimento que não cause impacto, nem nossa existência e são as leis que determinam os limites. As Audiências Públicas dão oportunidade para mediar conflitos. O padrão de vida que a maioria quer, impacta o meio ambiente. Sra. Luci lembrou a importância do estudo de impacto. O Presidente agradeceu ao palestrante e disse contar com sua presença como Observador Especial nas assembleias. Nos comunicados, a secretária informou que em janeiro haverá recesso e em fevereiro retornam os trabalhos no dia 4. Entre os Assuntos Gerais, Sr. Ibrahim sugeriu que as cópias de requerimentos da Câmara sejam enviadas às Câmaras Técnicas e solicitou informações sobre o Plano Municipal de Resíduos Sólidos. O Presidente respondeu que oficiará a SEMAM para apresentar o plano. Sr. Luciano/OAB informou que trouxe a manifestação da Câmara de Legislação e devido ao adiantado da hora, ficará para análise futura. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo Presidente do COMDEMA Ademar Salgosa Júnior.

ADEMAR SALGOSA JÚNIOR
Presidente do COMDEMA

SANDRA CUNHA DOS SANTOS
Secretária